

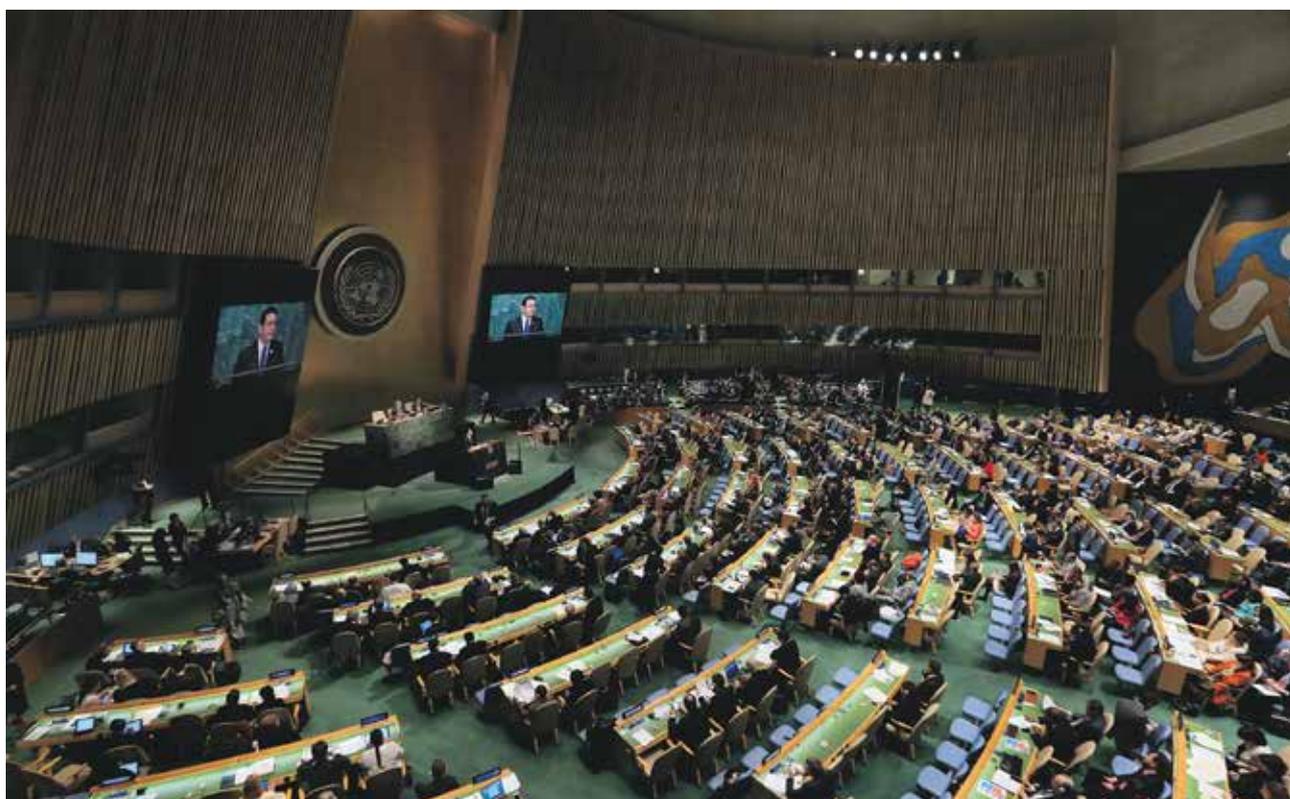
A hipocrisia dos adiamentos continua

A Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Nova Iorque ficou, uma vez mais, aquém das expectativas. Apesar dos múltiplos elogios ao modelo português e do consenso quase generalizado em torno da necessidade de perspectivar a toxicod dependência como um problema social e de saúde e não do foro da justiça, a verdade é que, uma vez mais, nem a consagração da redução de riscos nem a abolição da pena de morte para indivíduos indiciados por crimes relacionados com drogas ficaram consubstanciadas no documento final, que resume o consenso possível entre as nações representadas. Dirão os mais optimistas que, pelo menos no seio da União Europeia, se geraram consensos bem mais pragmáticos e que até os EUA começam a enveredar por políticas mais humanistas... Numa sessão em que o modelo português reinou, continuamos a assistir a idiosincrasias parasitárias, como as provenientes da América Latina, da Rússia ou de quase todo o continente asiático.

João Goulão, uma espécie de “homem do jogo” neste confronto, resume a Dependências as suas conclusões desta sessão...

Havia muitas expectativas em torno da realização desta UNGASS, enquanto marco para a extinção das políticas proibicionistas em matéria de drogas... Em que medida se confirmaram essas expectativas?

João Goulão (JG) – Não diria tanto... Foi aprovado um documento, consensualizado entre todas as nações com assento nas Nações Unidas, que ficou francamente aquém do que se esperava. Mais uma vez, não foi possível consagrar a expressão redução de danos e, para gente do terreno como nós, é por vezes exasperante assistir a disputas diplomáticas em torno de uma palavra ou vírgula... Apesar de tudo, penso que houve alguma evolução porque, não estando a expressão redução de danos presente no documento, está o conceito e respostas desenvolvidas nesse âmbito. Por outro lado, pretendia-se que houvesse uma condenação clara e óbvia à aplicação da pena de morte, que ainda subsiste em alguns países, para crimes relacionados com drogas, o que também não foi possível fazer passar. Portanto, diria que o documento de consenso, que é o que vale e fica para a história desta sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou aquém. Mas o tom da esmagadora maioria das intervenções dos diversos estados e organizações correspondeu a um salto qualitativo importantíssimo relativamente a edições anteriores, nomeadamente considerando que os problemas de toxicod dependência





se enquadram no âmbito da saúde, na deslocação do foco da justiça e da administração interna para a área da saúde e do social. Isto foi mais ou menos generalizado, havendo como se previa alguns discursos na linha da defesa de um paradigma regulador por contraponto ao actual paradigma proibicionista e, tal como se esperava, são os países mais fustigados pelas disputas intestinas entre gangues, polícias e exércitos, onde as drogas matam mais por via dos tiros do que propriamente por via do consumo, que estão mais na linha da frente na defesa do paradigma regulador. Como barómetro da evolução a que pudemos assistir está a questão do modelo português, que foi uma espécie de “estrela da companhia”, citado em inúmeros discursos, referido em todas as sessões como algo que constitui um conjunto de boas práticas...

Sentiu-se o “homem do jogo”?

JG – Sim, senti um enorme orgulho por estarmos no centro de toda essa atenção... Os próprios diplomatas presentes, nomeadamente o representante permanente de Portugal junto da ONU em Viena e o representante em Nova Iorque puderam sentir a popularidade de que gozamos e, num momento particular que vivemos, a questão do lobby pelo Eng^o António Guterres, foi muito agradável poder dizer naquele contexto que esta política que merece tantos encómios foi aprovada no tempo do governo liderado por António Guterres, presentemente candidato ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Vale o que vale, mas é o nosso modesto contributo para viabilizar esta candidatura.

Pelo que se percebe, apesar desta hipocrisia de nunca se materializar num documento práticas com suporte em evidência científica, os países parecem comungar ideias muito próximas das consagradas na política portuguesa...

JG – Sim...

Na Europa, constatou alguma força de bloqueio?

JG – Na União Europeia não...

Virão da América Latina e Rússia?

JG – Sim e Ásia... China, Tailândia... e Rússia.

Como está actualmente a posição dos EUA?

JG – Muito abertos! Tivemos inclusivamente uma participação do cirurgião geral, autoridade de saúde nos EUA, com um discurso extremamente progressista que nos deu muito prazer ouvir, com posições que consideraria muito próximas das nossas relativamente ao encarar da dependência como uma doença que deve ser abordada pelos serviços de saúde, acompanhada por um suporte social... Enfim, o nosso discurso ou muito próximo do mesmo.

Ainda assim, lia recentemente um artigo escrito por um técnico português do terreno que afirmava que o modelo português parou há sensivelmente 12 anos...

JG – Sim, parou em termos de concepção e tem vindo a ser desenvolvido a partir daí, com pequenas inflexões mas, de facto, não tem surgido nada de revolucionário. Imagino que o artigo considere a questão das salas de consumo assistido, uma das questões que têm voltado a ser debatidas, e a liberalização ou a regulação. Quanto a esta, diria que não temos nenhuma pressa. Constituímos um laboratório social importante, temos resultados para mostrar e, passados 15 anos desde o início da nossa experiência, outros países podem inspirar as suas opções na evolução da situação em Portugal. Há experiências que estão numa fase ainda muito incipiente no tal novo paradigma regulador e eu acho que merece a pena, porque não estamos pressionados pela urgência de mudar a todo o custo, deixarmos evoluir essas experiências, analisá-las e avaliá-las e, depois então, eventualmente, tomá-las como inspiração para mudanças no nosso quadro legal.

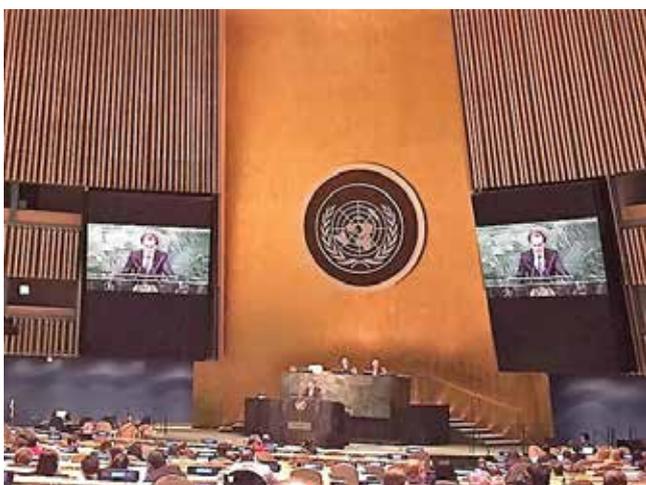
Choca-o de alguma forma que se tenha reacendido o debate sobre a constituição de salas de consumo assistido?

JG – Não, pelo contrário. Não me choca nada!

Já foi defensor deste tipo de dispositivo...

JG – Já fui, num momento em que não conseguíamos tocar franjas mais desorganizadas da população toxicodependente mas, na impossibilidade de abirmos essas salas, que dependem de um consenso político entre autarquias e poder central, acabámos por lá chegar por outras vias. E, neste momento, em que obviamente ainda subsiste consumo por via injectável e ainda existem bolsas bastante desorganizadas, não nos parece ser algo premente porque, como afirmei, conseguimos lá chegar por outras vias. Mas não fecho a porta a essa discussão, de todo.





DISCURSO DE FERNANDO ARAÚJO, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE, NA UNGASS 2016

“Gostaria de salientar que Portugal se associa à declaração feita pela União Europeia. Permitam-me também expressar o nosso apreço pela adopção do documento final da UNGASS, que constitui um passo em frente no debate sobre como enfrentar o problema mundial das drogas e fornece uma entrada sólida para a data-alvo de 2019 e além.

Portugal considera que uma das principais realizações deste processo UNGASS foi o reconhecimento da necessidade de reequilibrar as políticas de drogas no sentido de uma abordagem de direitos humanos e de saúde pública. A abordagem portuguesa às drogas tem sido considerada um modelo de melhores práticas, devido ao fato de considerarmos o uso de drogas uma questão de saúde e a dependência de drogas um problema de saúde multifactorial e tratável crónico e que precisa de ser tratado e não punido.

Em Portugal, a descriminalização criou um quadro legal para a implementação de políticas destinadas a reduzir os danos causados pelo consumo de drogas e encaminhar os utilizadores de drogas para as respostas mais adequadas. Mesmo que os utilizadores de drogas não estejam na disposição de parar de usar drogas, consideramos que eles ainda merecem o investimento por parte do Estado, a fim de melhorar a sua saúde e condição social.

A descriminalização é, portanto, uma parte de uma abordagem abrangente da redução da procura de drogas, que inclui prevenção, tratamento, redução de danos e reinserção social. A implementação de medidas de redução de danos baseadas em evidência é considerada um factor-chave da nossa política, uma vez que protege não só os utilizadores de drogas mas a sociedade como um todo, melhorando a saúde e o bem-estar dos utilizadores de drogas e as suas famílias.

Portanto, o foco numa abordagem de redução de riscos e minimização de danos é um princípio fundamental que Portugal defende, uma vez que tais medidas têm provado a sua eficácia e devem ser promovidas e implementadas.

Sr. Presidente, Portugal reitera o seu compromisso com as três convenções internacionais de controlo de drogas que, na nossa opinião, têm suficiente margem de manobra e flexibilidade para que os Estados concebam e implementem políticas de drogas de acordo com as prioridades e especificidades nacionais, com base em sólida evidência científica e no respeito pelos direitos humanos.

Na verdade, o presidente do INCB declarou em várias ocasiões que as Convenções não requerem a criminalização do uso de drogas e que o modelo português da descriminalização está em linha com as convenções. Portugal está firmemente convicto de que os nossos esforços em abordar o problema mundial das drogas devem incorporar uma perspectiva de direitos humanos. A este respeito, lamentamos profundamente que o documento final não aborde a abolição da pena de morte. Gostaria de sublinhar a oposição implacável de Portugal à pena de morte em todas as circunstâncias, incluindo os crimes relacionados com drogas. Por isso, apelo a todos os países que mantêm a pena capital para que estabeleçam uma moratória oficial imediata, tendo em vista a sua abolição permanente.

Em conclusão, Senhor Presidente, Portugal acredita fortemente que a comunidade internacional deve prosseguir os seus esforços para lidar com todos os aspectos do problema das drogas e gostaria de assegurar-lhe que o meu país continuará a contribuir activamente neste esforço”.